



# A EDUCAÇÃO NÃO VAI PAGAR PELA CRISE!

Em praticamente todos os segmentos da sociedade, fala-se muito da importância da educação pública para o desenvolvimento de um povo, e no município do Rio de Janeiro não é diferente. Nas diversas instâncias de governo, principalmente em período eleitoral, torna-se lugar comum o debate sobre a educação pública, seus problemas de ordem material, pedagógica, financeira, a valorização das práticas implementadas no seu cotidiano e, por conseguinte, dos seus profissionais.

No entanto, podemos dizer que a “Cidade Olímpica”, que está sendo preparada para mais um grande evento em 2016, tem uma educação pública à altura das inspirações e demandas dos seus cidadãos?

Sabe-se que, ao longo do tempo, a educação pública vem sofrendo ataques que se constituem na desvalorização dos seus profissionais e precarização das condições de trabalho. As verbas da educação que deveriam ser alocadas para os fins acima mencionados são comumente utilizadas para outras finalidades.

Nesse sentido, iniciamos o diálogo com a categoria e com todos os entes de interlocução da sociedade que têm responsabilidade em relação à educação pública do município do Rio de Janeiro a fim de construirmos a campanha salarial de 2015. Uma campanha que atenda às necessidades tão prementes dos seus profissionais, no sentido de minimizarmos injustiças históricas com essa categoria tão desvalorizada, a despeito de sua relevância social.

Apresentamos, então, alguns pontos e dados sobre o orçamento – por meio de estudos realizados pelo DIEESE, Tribunal de Contas do Município (TCM), Câmara dos Vereadores, IBGE e do próprio SEPE – nos quais discutiremos com o governo argumentos e proposta de aumento real de salário, bem como a melhoria de condições de trabalho, que garantam uma efetiva valorização profissional e uma educação pública de qualidade.

### **Propomos um índice de reajuste salarial de 20%.**

A composição desse índice se deu a partir de duas bases de reflexão:

1) Aumento do custo de vida. Em fevereiro de 2015, o IPCA, índice de inflação calculado pelo IBGE, fechou com alta de 7,7% no acumulado dos últimos doze meses. A região metropolitana do Rio de Janeiro, especificamente, teve uma variação acumulada de 9,02% nos últimos 12 meses, a maior variação verificada entre todas as regiões.

2) Desde o início do governo Paes, os profissionais da educação obtiveram ganhos salariais reais muito baixos. De 2009 a 2012 houve, praticamente, somente a recuperação das perdas da inflação. Somente em 2013 houve a conquista de 8% de reajuste que significaram um ganho salarial real. Porém com o passar do

tempo e o aumento da inflação, esse ganho hoje representa apenas 4,36%. Isto é, em 6 anos de governo, o poder de compra dos profissionais da educação aumentou somente 4,36%.

Tendo em vista esses dois fatos, entendemos que há a necessidade de reivindicarmos a recomposição da inflação da região metropolitana do Rio de Janeiro e, para além disso, a garantia de aumento real dos nossos vencimentos.

### **1. Evolução Salarial**

Ao longo de vários anos, os profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro não foram valorizados com aumento salarial real. Durante todo o primeiro mandato do governo Paes, houve, praticamente, apenas a recomposição das perdas salariais nos vencimentos dos profissionais de educação. Os funcionários administrativos, especificamente, percebiam um vencimento inferior ao salário mínimo nacional, tendo que receber uma complementação salarial para alcançar esse piso. Somente em 2013, após a histórica greve desses profissionais, houve a conquista de um reajuste de 8% para além da recomposição da inflação daquele ano. De acordo com o estudo de evolução salarial elaborado pelo DIEESE, tendo como referência o poder de compra dos vencimentos dos profissionais do magistério que vigorava em agosto de 2008, o aumento real obtido pela categoria hoje, isto é, em março de 2015 é de apenas 4,36% de acordo com o IPCA (IBGE), conforme tabela abaixo:

#### **Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Profissionais da Educação Magistério - Reajustes Salariais e Inflação Acumulada Período: agosto/2008 - fevereiro/2015**

<b>Reajuste salarial no período</b>	<b>52,54%</b>
<b>INPC-IBGE acumulado no período</b>	<b>45,96%</b>
<b>Ganho real no período</b>	<b>4,51%</b>
<b>IPCA-IBGE acumulado no período</b>	<b>46,17%</b>
<b>Ganho real no período</b>	<b>4,36%</b>

Fonte: Sepe/RJ, Dieese e IBGE

Elaboração: Dieese - Subseção Sepe/RJ

Como dito, com exceção de 2013, o governo atual, desde o início, somente implementou reajustes restritos aos percentuais dos índices inflacionários. Isso significa que os reajustes salariais não contribuíram de forma significativa para o aumento do poder de compra dos salários que vigorava em 2008, visto que os

4,36% representam um ganho salarial muito restrito quando se pensa em um período de seis anos.

Em contrapartida, o aumento do custo de vida continua arrojando os salários dos profissionais da educação. Os baixos reajustes parecem não acompanhar a alta dos preços do aluguel, luz, comida e remédios, principalmente no Rio de Janeiro, onde a percepção é de que os preços estão aumentando em maior velocidade. A tabela a seguir contém os resultados de fevereiro dos índices das regiões metropolitanas calculados pelo IPCA-IBGE.

## IPCA-IBGE - Índices Regionais

Região	Peso Regional (%)	Variação (%)		Variação Acumulada (%)	
		janeiro	fevereiro	ano	12 meses
Salvador	7,35	0,88	1,66	2,56	7,19
Recife	5,05	0,57	1,64	2,22	7,46
Goiânia	3,59	1,23	1,41	2,66	8,95
Curitiba	7,79	0,95	1,38	2,35	7,92
São Paulo	30,67	1,51	1,25	2,77	7,42
Rio de Janeiro	12,06	1,71	1,19	2,93	9,02
Porto Alegre	8,40	1,19	1,13	2,33	8,18
Belo Horizonte	10,86	1,07	1,08	2,17	6,64
Belém	4,65	1,02	1,07	2,1	7,87
Fortaleza	3,49	1,08	0,82	1,91	7,37
Campo Grande	1,51	1,35	0,73	2,08	7,84
Vitória	1,78	1,20	0,7	1,91	6,99
Brasília	2,80	0,78	0,57	1,36	7,95
Brasil	100,00	1,24	1,22	2,48	7,70

Fonte: IBGE. Índices Nacionais de Preços ao Consumidor: IPCA e INPC.  
Fevereiro 2015

Como é possível observar, a região metropolitana do Rio de Janeiro apresenta a maior inflação acumulada tanto no ano (2,93%) quanto no registro dos últimos doze meses (9,02%). Se considerássemos a inflação apurada por região metropolitana, poderíamos verificar que os salários dos profissionais da educação do Rio de Janeiro tiveram seu poder de compra com mais perdas do que em relação ao índice nacional.

## 2. Receita do município – Educação.

Os recursos da educação nos municípios são formados por, pelo menos, 25% de receitas provenientes de impostos e transferências como determina a Consti-

tuição e, em casos específicos, por uma complementação do FUNDEB. O Rio de Janeiro se enquadra nesse caso. Em 2014, por exemplo, pelo menos 30% dos gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) foram realizados com recursos externos do FUNDEB, isto é, recursos que não saíram das receitas do município, mas que vieram de outros municípios do estado e/ou do próprio estado.

Os recursos do ganho do FUNDEB não podem ser incluídos no cálculo do percentual mínimo de 25% das receitas de impostos e transferências a ser aplicado em MDE. Como se trata de receitas oriundas de outros entes, ou seja, do estado ou de outros municípios, o montante desses recursos, de acordo com a regulamentação, não pode ser somado aos gastos obrigatórios em MDE. Apesar disso, esta inclusão foi prática da PCRJ durante vários governos, e permaneceu nos primeiros dois anos do primeiro mandato do atual prefeito, como pode ser observado na tabela abaixo:

Receita Resultante de Impostos e Transferências	R\$ 7.208.212.373,31	R\$ 8.140.354.300,67
Despesas para Fins de Limite (visão da Prefeitura)	R\$ 1.987.310.362,67	R\$ 2.311.498.415,86
Percentual atingido	27,57%	28,40%
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO FUNDEB</b>	<b>R\$ 695.692.663,25</b>	<b>R\$ 864.001.141,67</b>
Despesas com MDE	R\$ 1.291.617.669,42	R\$ 1.447.497.274,19
Real Percentual de Aplicação em MDE	17,92%	17,78%

Fonte: Controladoria Geral do Município

Elaboração: Dieese - Subseção Sepe/RJ

O Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ), por inúmeras vezes, apontou essa irregularidade, mas até hoje não temos resposta da prefeitura sobre quando os valores incluídos indevidamente no cálculo dos 25% das verbas para a MDE serão ressarcidos à educação.

Em 2011, 2012 e 2013 a prefeitura passa a retirar os ganhos do FUNDEB do cálculo dos 25% constitucionais, porém inicia uma nova prática: a inserção das despesas com inativos da educação no cálculo dos gastos em MDE. A partir de 2011, a prefeitura incorpora à conta do MDE, a contribuição suplementar ao Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro (FUNPREVI). Os dados destes anos podem ser verificados na tabela ao lado.

**Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro**  
**Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**

	2011	2012	2013
Receita Resultante de Impostos e Transferências	R\$ 9.362.117.554,73	R\$ 10.474.979.654,21	R\$ 12.325.274.634,33
Despesas para Fins de Limite (visão da Prefeitura)	R\$ 2.369.419.178,81	R\$ 2.689.804.584,91	R\$ 3.130.092.961,32
Percentual atingido	25,31%	25,68%	25,40%
<b>DESPESAS COM INATIVOS DA EDUCAÇÃO</b>	R\$ 679.539.849,63	R\$ 758.410.696,00	R\$ 821.872.337,09
Despesas com MDE	R\$ 1.689.879.329,18	R\$ 1.931.393.888,91	R\$ 2.308.220.624,23
<b>REAL PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE</b>	18,05%	18,44%	18,73%

Fonte: Controladoria Geral do Município

Elaboração: Dieese - Subseção Sepe/RJ

A LDB não prevê a despesa com pagamento de inativos no rol das admitidas como sendo de manutenção e desenvolvimento do ensino. A inclusão do pagamento de aposentadorias e pensões na MDE já foi questionada diversas vezes pelo Tribunal de Contas do Município, que recomendou que tal tipo de despesa fosse retirada gradualmente do cálculo. A prefeitura, apesar de ter se comprometido com esta retirada, não cumpriu o acordo, alegando que tal montante corresponde à contribuição patronal do pessoal ativo da educação, fato que não foi comprovado pelo TCM.

Para além dos ganhos do FUNDEB e dos gastos com os inativos, a prefeitura ainda tem incluído outros gastos no cômputo da manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), conforme apurou o TCM. Pagamento de convênio com a Rio Ônibus, despesas com a Secretaria Municipal dos Portadores de Deficiência, com ensino estadual, com pagamento de assistência social e psicológica são alguns dos exemplos de despesas que não poderiam entrar no cálculo da MDE, mas que foram verificadas análise das contas de 2013.

Para saber mais sobre a forma como a prefeitura vem se utilizando dos recursos da educação, vale consultar o Dossiê elaborado pelo SEPE-RJ durante a campanha salarial de 2014. O dossiê está disponível no site do sindicato:

[www.seperj.org.br](http://www.seperj.org.br)

\*\*\*

Através desses dados e argumentações é possível exigir da prefeitura condições dignas de trabalho e salário. Cabe aos profissionais da educação fazer essa discussão em seus locais de trabalho, de modo a organizar a comunidade escolar, construindo a campanha salarial de 2015.

É fundamental que os resultados desse debate sejam levados às assembleias regionais do nosso sindicato; temos que assumir o papel de protagonistas nesse processo. Só a luta muda a vida!